

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2019, NA CIDADE CALDAS.

3 4 5

6 7

8 9

10

11

12

13

14 15

16

17

18 19

20

21 22

2324

25

26

27

28

29

30 31

32 33

34

35

36 37

38 39

40

41

42

43

4445

46

47

1

2

No vigésimo segundo dia 22 de agosto de dois mil e dezenove, quinta-feira, as 10:00 h., no Grand Hotel Pocinhos do Rio Verde, foi realizada a 4ª reunião ordinária do ano de 2019 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guacu e Pardo (CBH Mogi/Pardo - GD6). Na reunião estiveram presentes 29 (vinte e nove) membros, representando 28 (vinte e oito) Instituições, havendo guórum para a realização da mesma e também para deliberações. Estiveram presentes os membros da Diretoria: Presidente Interino Flávio Florentino Bocoli, Vice-Presidente Juvenal Noqueira Marques e Secretária Executiva Maria Teresa Mariano (Pontifícia Universidade Católica - PUC Minas Poços de Caldas); e os Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG), Alexandre César Nunes Teixeira (Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG), José Jorge Pereira (Instituto Mineiro de Águas - IGAM), Gustavo Henrique Magalhães Manzoli (Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas - IEF), Juvenal Nogueira Marques (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Antônio Carlos Ferreira de Carvalho (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Claudinéa de Carvalho Barbosa (Prefeitura Municipal de Ipuiuna), Alessandro Aparecido da Silva (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Paulo Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura Municipal de Pocos de Caldas). Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé), Flávio Florentino Bocoli (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Rafael Rodrigues Clepf (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Ouro Fino - DMAAE Ouro Fino), Carlos Humberto Bueno de Albuquerque (DMAAE Ouro Fino), Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A. - DME), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A - ICASA), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -ASSEMAE), José Augusto Negri (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Fábio Lúcio Antunes Guedes (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (PUC Minas Poços de Caldas), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP), Sebastião Marques Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho). Convidados: Bruno Zucaneli (Diretor DMAAE Ouro Fino), Bruno Elias Bernardes (Aliança em prol da APA da Pedra Branca). Item 1. Abertura da reunião: A reunião foi aberta pelo Presidente, o qual agradeceu a presença de todos ali presentes. Item 2. Execução do Hino Nacional: A Secretária Executiva, Sra Maria Teresa Mariano, agradeceu a presença de todos e convidou- os a cantarem o Hino Nacional do Brasil, bem como o Hino do Município de Caldas. Item 3. Apresentação Comissão de Acompanhamento da INB-Caldas: Foi dada a palavra ao Senhor Fernando Teixeira (INB-Caldas) o qual relatou que foi feito um simulado de mesa, no qual participaram os seguintes órgãos: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais -

CBMMG. Defesa Civil e Demutran de Pocos de Caldas. Prefeitura Municipal de Caldas. IBAMA e CNEN. Estão sendo confeccionadas placas, folders que deverão ser entregues a população que está próxima a zona de risco em caso de rompimento. A simulação externa está prevista para o dia 17 (dezessete) de setembro deste ano. O conselheiro Paulo Pinheiro (Prefeitura de Caldas) disse que gostaria de saber como está o processo de descomissionamento, visto que a empresa Boni a pouco tempo teve um licenciamento, e também houve uma licitação no qual a empresa Paulino ganhou para fazer o tratamento dos rejeitos. Senhor Fernando Teixeira (INB-Caldas) respondeu dizendo que na verdade existe o PAE- Plano de Ação de Emergência e nele estão descritos ações voltadas ao descomissionamento, cujo processo envolve altos custos e as acões são demoradas. devido as suas complexidades. A conselheira Ângela (CREA-MG) fez o uso da palavra e destacou a importância de termos conhecimento da cadeia de órgãos envolvidos no licenciamento da INB-Caldas, e isto seria relevante para sabermos a guem nos reportar quando necessário. Os ofícios propostos devem ser encaminhados à Comissão de Acompanhamento da INB-Caldas, e referente aos questionamentos que seriam inseridos neste ofício, deverá constar um documento específico atestando a segurança da estrutura das barragens, no qual deverá constar a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T). A mesma conselheira também fez uma sugestão ao presidente de enviar convites aos comitês paulistas, que abrangem os rios Mogi-Guaçu e Pardo para participarem das nossas reuniões. A secretária executiva Maria Teresa, fez o uso da palavra e colocou em votação a elaboração e envio de ofício à INB-Caldas, destacando que o ofício deveria ser claro e objetivo. O ofício foi aprovado pela maioria com uma abstenção de voto, feita pelo conselheiro José Jorge do IGAM, que alegou que a abstenção se deve ao fato dele não estar por dentro dos assuntos discutidos no comitê, visto que o mesmo é novo no comitê, sendo está a primeira reunião que o mesmo participa. O Senhor José Jorge (IGAM) fez um questionamento a conselheira Ângela representante do CREA-MG, perguntando se o CREA-MG fiscaliza os trabalhos dos seus membros, ressaltando que o mesmo como analista do IGAM tem vários problemas com a capacidade técnica de alguns profissionais, alegou que se o CREA-MG ainda não tem esse posicionamento, deveria ter. A conselheira Ângela (CREA-MG) disse que o CREA-MG fiscaliza se o técnico, formado em determinada universidade/faculdade tem capacidade técnica para aquilo que está realizando, porém não existe a análise do mérito desses profissionais, ficando a cargo dos contratantes afirmarem se o trabalho realizado pelo profissional está de acordo ou não. Porém se ocorrer um acidente, o CREA-MG entrará com um processo para avaliação da conduta desse profissional. A mesma ressaltou que nem o CREA-MG e ela acredita que nenhum Conselho de qualquer profissão investigue o mérito do profissional, mas sim se o mesmo tem atribuição para determinada atividade, e o próprio profissional responde por meio da sua atribuição técnica, que no caso dos engenheiros seria a A.R.T. O Senhor Valnei (NARP) fez o uso da palavra e solicitou ao senhor Fernando Teixeira (INB-Caldas) uma informação mais concreta sobre oque foi feito com relação ao acidente ocorrido com o extravasor. Perguntou se existe um documento conclusivo assinado pela empresa que executou as obras, pela CNEN, pela INB e pelo MPF; seria um documento assegurando que foi concluído as intervenções e que a estrutura está segura. O senhor Fernando Teixeira (INB-Caldas) disse que existe um documento na empresa que elaborou os projetos e executou as obras, no qual ela garante as obras e que assegura que os problemas com o extravasor foram sanados. O senhor Valnei (NARP) questionou se existe algum documento emitido pela CNEN e pelo o MPF e o mesmo respondeu que não tem conhecimento sobre. Item 4. Proibição das viagens da Auxiliar Administrativo: Foi levada a plenária o assunto referente a proibição das viagens do auxiliar administrativo imposta pelo IGAM, no qual a Secretária Executiva Maria Teresa disse que o auxiliar administrativo é de extrema importância na organização das reuniões, desde o envio de documentos, como as convocações, na confirmação da presença dos membros, bem

48

49

50

51 52

53

54

55

56 57

58 59

60

61

62

63

64

65

66

67 68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84 85

86

87 88

89

90

91

92

93 94

95

96 97

98

99

como durante a reunião, pois a maioria das reuniões desse comitê são itinerantes e é de extrema importância a presença do auxiliar administrativo para prestar todo apoio na execução da mesma, atuando na gravação da reunião e anotação para a confecção da ata, na passagem e conferência da lista de presença, dentre outras funções, sendo inviável tal proibição. A mesma alegou que não existe custo para o estado, visto que a auxiliar administrativo vai as reuniões juntamente com os demais conselheiros que à oferecem carona. Item 5. Aliança em prol da APA da Pedra Branca: Foi dada a palavra ao senhor Bruno representante da Alianca em prol da APA da Pedra Branca, o mesmo agradeceu a oportunidade e elogiou o comitê quanto a reunião ser realizada no município de Caldas, e sugeriu que o mesmo abrisse espaco em suas reuniões às instituições que trabalham em prol da sociedade local, realizando trabalhando no âmbito de proteção das águas e do meio ambiente. O mesmo fez uma caracterização do local, ressaltando a sua importância com relação aos recursos hídricos, sendo que o local é uma área de recarga. sendo muito relevante para a bacia. Destacou que esta área está possui uma unidade de conservação, porém infelizmente não é uma área de proteção integral, mas sim uma área de uso sustentável, uma APA, que, portanto é permitida a exploração de seus recursos de forma controlada. Essa unidade foi criada em 2006 por iniciativa de um vereador, visto que a comunidade de Caldas é muito envolvida com as questões ambientas dentro do município, e esta área é muito rica, possuindo espécies endêmicas. Destacou que o município apresentou alguns conflitos socioambientais que envolviam as questões referentes à mineração de granito dentro do município, que da forma que ocorre tem afetado o abastecimento de água, devido à alterações no sistema de recarga. Devido a esses fatores é que foi criada a Aliança, no qual envolve a sociedade civil, possuindo cerca de dez entidades associadas. Com relação a INB-Caldas o mesmo disse que a comunidade já tem uma certa preocupação a bastante tempo, devido a falta de informações/dados relacionados a real situação da empresa. A Secretária Executiva Maria Teresa disse que com relação a inclusão da fala de ONGs locais na pauta, não teria problema nenhum, que no caso as interessados devem manifestar o interesse por meio de ofício endereçado ao Comitê. Item 6. Apresentação da APRIMOFF de Ouro Fino: A Vereadora de Ouro Fino, Senhora Rosângela Tonon fez o uso da palavra, para apresentar a ONG APRIMOFF o qual realiza trabalhos em prol da proteção do Rio Mogi-Guaçu e e aproveitou a oportunidade para pedir que o comitê colocasse em pauta a elaboração de um ofício solicitando a construção de uma escada de piracema na cachoeira de Jacutinga, devido ao desaparecimento do peixe dourado no município de Ouro Fino. A Secretária Executiva Maria Teresa disse que isto não cabe ao comitê, porém eles podem enviar uma solicitação pedindo a apoio neste caso, através da câmara dos veradores. O presidente da APRIMOFF senhor Ari, fez o uso da palavra e disse que a mesma foi criada em 2014 e a partir daí vem desenvolvendo diversas ações com ênfase na proteção do rio Mogi-Guaçu, atuando não somente no município de Ouro Fino. Os mesmos realizaram o plantio de mudas na cabeceira do rio, a proteção das nascentes, por meio de cercamento, realizaram o mapeamento de parte do rio, no qual os membros utilizaram remos e percorreram cerca de 80 km de extensão, dentre outras acões. O mesmo informou que o problema mais sério que eles têm é com relação à barragem de Jacutinga. A Vereadora de Ouro Fino, Senhora Rosângela Tonon fez o uso da palavra para divulgar um evento que irá ocorrer no dia 2 (dois) de novembro na Ponte Preta em Ouro Fino, intitulado de Peixamento. No qual os caiaqueiros que realizam a limpeza do rio, irão soltar algumas espécies de peixe. Os mesmos estão com uma ação chamada adote um peixe e Item 7. Discussão à respeito da Deliberação também estão rifando um caiaque. Conjunta CBHs Mineiros Bacia do Rio Grande nº 02 2018 "Ad referendum": A Secretária Executiva Maria Teresa disse que tem algumas ressalvas quanto ao uso da cobrança pelo uso da água, sem que a mesma esteja vinculada ao uso dos demais instrumentos de gestão pré-estabelecidos pela lei de gestão das águas, por que caso

100

101

102

103

104105

106

107

108 109

110

111

112

113114

115

116117

118

119

120

121

122123

124

125

126

127128

129

130

131

132

133

134

135

136137

138

139

140

141142

143144

145

146

147

148149

150

151

contrário passará a ser mais uma forma de arrecadação de dinheiro sem estar vinculada a gestão das águas. A conselheira Ângela (CREA-MG) alegou surpresa sobre esse assunto de cobrança, pois não temos cadastro e, portanto não tem como ter cobrança. A mesma indagou quem seria a agência responsável pela cobranca, e ressaltou que não se sente devidamente instruída com o que ocorre na Comissão montada pelo IGAM. A Secretária Executiva Maria Teresa disse que o IGAM na verdade solicitou a aprovação do prazo de vigência a comissão de cobrança. A conselheira Ângela (CREA-MG) disse que tem uma preocupação com relação a cobrança, pois de guem será cobrado e quanto será cobrado. este comitê que deverá decidir quanto a cobrança, tudo deve ser resolvido no âmbito do comitê. A mesma disse que cobrança que é um instrumento que deverá estar alinhado com outros como o nosso plano diretor, que foi feito e aprovado em 2010 (dois mil e dez) e que ainda não foi realizada uma ação seguer, pelo órgão gestor, que neste caso é o IGAM. A cobrança deveria ser uma das últimas ações devido a sua complexidade. O conselheiro José Jorge (IGAM) disse que a cobrança seria destinada aos usuários que possuem outorgas de uso significante, pois a mesma seria inviável nos casos de uso insignificantes. O mesmo explicou os parâmetros para definição do valor a ser cobrado e também destacou os pontos positivos inerentes a inserção da cobrança dentro da bacia. A Secretária Executiva Maria Teresa levantou a necessidade de substituição do senhor Murilo no GT Cobranca devido ao mesmo não fazer mais parte do comitê. O conselheiro Fábio Zincone (DME) foi o único que manifestou interesse. A plenária aprovou a participação do mesmo, sendo que a substituição deveria ser realizada mediante ofício a ser enviado ao IGAM. O conselheiro Paulo Pinheiro (Prefeitura de Caldas) disse que durante uma reunião do GT Cobrança o qual o mesmo participou foram levantados alguns questionamentos, como a necessidade da apresentação do cadastro dos usuários, que deveria ser feita pelo IGAM, essa apresentação ficou de ser realizada na próxima reunião. no qual deve ser discutido sobre a fórmula e o mesmo acredita que esses estudos não devem ser concluídos em Dezembro, como está previsto no ofício enviado pelo IGAM. O Vice-Presidente Juvenal Marques fez o uso da palavra dizendo que concorda com os pontos destacados pela secretária executiva e destacou que a gestão do recurso proveniente da cobrança será da agência vinculada ao Comitê. Disse que esteve presente na reunião do fórum mineiro em Patrocínio e destacou que existem vários comitês nos quais a cobrança já foi implementada, sendo que os valores arrecadados são utilizados em projetos desenvolvidos por eles, juntamente com a comunidade local. Destacou também sobre a remodelagem proposta pelo IGAM, e que a mesma vai de encontro à esse assunto, e disse que o IGAM levará a proposta de remodelagem à discussão pública. Disse também, que deveria ser levado em conta que o recurso produzido pela bacia deveria ser gasto dentro da bacia. Ressaltou também que já existem estudos suficientes dentro das universidades para subsidiar ações básicas dentro da bacia. A conselheira Laene (FIEMG) disse que cada afluente tem dois representantes dentro do GT Cobrança, e que o assunto da cobrança começou a ser discutido com intuito de fomentar discussões dentro dos comitês, para que os mesmos comecem a suscitar discussões a respeito, como por exemplo, o levantamento do cadastro de usuários. Portanto no GT Cobrança são discutidos assuntos inerentes à cobrança como, por exemplo, a fórmula da cobrança; mas o intuito principal seria o de trazer essas discussões por meio dos representantes para dentro dos comitês. Mas quem irá decidir se irá ter ou não a cobrança, bem como os valores, será o próprio comitê. A conselheira Ângela (CREA-MG) disse que foram feitos alguns exercícios logo depois do plano diretor, no qual eles realizaram uma simulação com o número dos usuários cadastrados e foi verificado que o comitê não teria como manter a agência, pois os valores que seriam arrecadados seriam insuficientes. Portanto a mesma disse que o mais importante é ter dados, para verificação da viabilidade da implantação da mesma. Item 8. Comunicado de nova eleição para Presidente: O Presidente, Senhor Flávio Bocoli, fez o uso da palavra para

152

153

154

155

156157

158

159

160

161162

163164

165

166 167

168169

170

171

172

173

174

175

176177

178

179180

181

182

183

184

185

186

187

188 189

190

191

192

193

194

195

196

197

198 199

200

201

202203

comunicar que deixará o cargo de presidente, devido a incompatibilidade de agenda, dentre outros fatores, e disse que na próxima reunião ordinária será realizada a eleição para votação do novo presidente deste comitê. <u>Item 9. Encerramento</u>: Nada mais havendo a tratar a 3º Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada as 13:00.

> Maria/Teresa Mariano CBH Mogi/Pardo – GD6